

O CAMPO DOS MEDIA, A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA E A CULTURA PARTICIPATIVA

FRANCISCO RUI CÁDIMA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Resumo

O sistema de *media* integra uma dimensão crítica evidente no contexto da legitimação da experiência democrática neste início de século, justamente quando o paradigma é o da migração para o digital. Este novo dispositivo pós-mediático integra uma nova experiência imersiva, colaborativa e participativa, que se constitui em factor decisivo e permite compreender a era digital como decisiva para a relegitimação da experiência democrática.

Palavras-chave

Cidadania; Cultura Participativa; Democracia; Jornalismo; Pluralismo

Nesta primeira década do Século XXI, estamos a viver claramente uma experiência democrática em crise. O caso português não é excepção. Bem pelo contrário. Neste contexto, a experiência mediática também não está isenta de crítica. Poder-se-ia dizer o mesmo da esfera da cidadania. Há, no entanto, a nível global, uma sociedade em rede emergente que está a reconfigurar progressivamente o modelo de participação cívica, fazendo-o evoluir de modelos tradicionais, ancorados na velha esfera pública crítica, para redes sociais autonomizadas, que através da sua elevada “mobilidade” e interacção actuam de forma eficaz, com competências cujos resultados as colocam no plano de uma espécie de “redes deliberativas”.

1. Factores críticos do caso português

A crise do modelo clássico, muito em particular no caso português, está bem demonstrada num recente estudo sobre a “e-Democracia”¹. Segundo este estudo, elaborado no quadro das actividades da Associação para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação (APDSI), a satisfação dos cidadãos com as respectivas democracias

1. Cf. E-Democracia - Desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal, Filipe Montargil (Coord.), Lisboa, APDSI, 2008.

na União Europeia (EU15), regista, desde 1973, uma evolução globalmente positiva. De valores compreendidos entre os 50% e os 60%, que se verificam praticamente desde o início da realização do Eurobarómetro (1973), passamos a valores sistematicamente superiores a 60%, desde 1999. Os três países com características mais particulares são a Dinamarca, a Itália e Portugal. A Dinamarca regista, desde o princípio da década de 1990 e de forma quase sistemática, os valores mais elevados de satisfação com a democracia na União Europeia. A Itália, por seu lado, regista, na maior parte dos estudos, o valor de satisfação mais baixo, de entre todos os países, muito embora desde 2004 tenha ultrapassado o sentimento negativo existente em Portugal. Portugal destaca-se precisamente por ser o único caso em que esta tendência é claramente contrariada: de valores próximos dos 70%, em meados da década de 1980 e início da década de 1990, os valores de satisfação com a democracia em Portugal descem 20%, em cerca de 10 anos, continuando a registar valores baixos no final da década. De facto, Portugal regista agora um dos valores mais baixos entre todos Estados-membros, isto é, 64% dos portugueses estão “não muito satisfeitos”/“nada satisfeitos” com a democracia portuguesa, segundo os dados do Eurobarómetro de 2007².

Por outro lado, em relação à confiança face aos *media*³, há “uma grande semelhança entre a confiança depositada nos quatro tipos de *media* pelos portugueses e pela generalidade dos europeus. A única diferença substancial diz respeito à confiança na televisão, que é bastante mais elevada entre os cidadãos nacionais do que entre os europeus.” Muito embora, comparando com os dados do Eurobarómetro imediatamente anterior (2006), se verifique que

“houve um decréscimo acentuado nas taxas de confiança dos portugueses relativamente aos meios de comunicação social nos últimos meses (na ordem dos 11 a 19 pontos percentuais), e que esta evolução se deve essencialmente ao aumento da percentagem de indivíduos que não confiam nestes (e não ao aumento das taxas de não-resposta). No conjunto dos países da União, ocorreu também uma diminuição, ainda que bastante mais ligeira (entre menos 3 a menos 6 por cento).”

2. EUROBAROMETER 68 - PUBLIC OPINION IN THE EUROPEAN UNION. Standard Eurobarometer 68/ Autumn 2007. Fieldwork: September - November 2007. Publication: May 2008. http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb68/eb_68_en.pdf

3. EUROBARÓMETRO 68 - OPINIÃO PÚBLICA NA UNIÃO EUROPEIA. Outono de 2007 – Relatório Nacional – Portugal. http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb68/eb68_pt_nat.pdf

Embora mostrem confiar mais nos *media* do que na qualidade da sua democracia, os portugueses atravessam claramente um período de reduzida auto-estima também face à sua experiência democrática. O próprio sistema de *media* em Portugal, quando interpretado de um ponto de vista científico e académico, tem mostrado fragilidades que o declínio na “confiança”, evidenciada sobretudo nos Eurobarómetros dos últimos dois anos, vem, de certa maneira, corroborar.

As questões mais críticas do sistema de *media* português têm-se colocado, de uma maneira geral, a quatro grandes níveis: i) ao nível do pluralismo, do debate público e das práticas jornalísticas; ii) ao nível da alternativa exigida aos *media* públicos; iii) ao nível da estrutura económica do mercado e iv) ao nível do quadro legislativo e de regulação. A expectativa, hoje, é que a nova cultura participativa emergente possa contribuir para uma nova experiência da cidadania, da participação cívica e política no contexto dos novos media, das redes sociais e, também, no plano da e-democracia.

É, portanto, evidente que os portugueses estão descontentes com a qualidade da democracia, estão desinteressados da política, o que, aliás, vem também demonstrado no Inquérito Social Europeu da Comissão Europeia, na sua edição de 2006/2007. Este *European Social Survey*⁴, desenvolvido em 23 países europeus, tanto comunitários como de fora da União Europeia, conclui que só os russos, húngaros, ucranianos e búlgaros são politicamente mais desinteressados do que os portugueses, sendo que também são os únicos que estão mais descontentes que os portugueses com o funcionamento da democracia. A percepção contrária verifica-se em países como, por exemplo, a Dinamarca, a Suíça e a Finlândia. Trata-se de um estudo feito com base em entrevistas *face-to-face*, realizadas em casa de 2222 portugueses, entre Outubro de 2006 e Fevereiro de 2007, e nele se conclui ainda que “desde 2002 que Portugal faz parte do grupo de países com menores níveis de confiança” e apresenta “níveis de confiança abaixo do ponto médio da escala”, tal como países como a Polónia, a Hungria e a Eslovénia. Estes resultados são aliás semelhantes aos alcançados em edições anteriores do inquérito que é desenvolvido desde 2001. Pormenor interessante é que os autores do estudo constatam que

4. *The European Social Survey* is a biennial multi-country survey covering over 30 nations. The first round was fielded in 2002/2003, the second in 2004/2005 and the third in 2006/2007. The project is funded jointly by the European Commission, the European Science Foundation and academic funding bodies in each participating country, and is designed and carried out to exceptionally high standards. The project is directed by a Central Co-ordinating Team led by Roger Jowell at the Centre for Comparative Social Surveys, City University, London.

“a participação cívica e política está fortemente associada com todas as dimensões do bem-estar: os indivíduos com maiores índices de confiança interpessoal, interesse político, envolvimento comunitário e participação em actividades políticas e mais satisfeitos com a qualidade da democracia são também os que expressam maior bem-estar social, subjectivo e psicológico”.

Num outro estudo, os resultados não são melhores. Portugal ocupava, em 2008, a 25ª posição no *ranking* dos países mais democratas do mundo, o que significa uma queda de sete lugares face a 2007. O índice da *Economist Intelligence Unit* analisa cinco categorias (processo eleitoral, funcionamento do Governo, participação política, cultura política e liberdades civis) e Portugal caiu na categoria de participação política:

“The results of the Economist Intelligence Unit’s Democracy Index 2008⁵ confirm that, following a decades-long global trend of democratisation, the spread of democracy has come to a halt. Comparing the results for 2008 with those from the first edition of the index, which covered 2006, shows that the dominant pattern in the past two years has been stagnation. Although there is no recent trend of outright regression, there are few instances of significant improvement. However, the global financial crisis, resulting in a sharp and possibly protracted recession, could threaten democracy in some parts of the world.”

Noutro estudo ainda, é referido que a democracia em Portugal é das piores da Europa, estando a qualidade da democracia portuguesa ao nível de países como a Lituânia e a Letónia, e só acima da Polónia e da Bulgária. São estas as conclusões dos autores do estudo realizado pela Demos, uma organização não governamental britânica. O seu “top” de avaliação da qualidade democrática em 25 países da UE denominado *Everyday Democracy Index*⁶ aborda múltiplos aspectos como, por exemplo, eleições, participação cívica, serviços públicos, debate e democracia na família, etc. Neste EDI, Portugal surge em 21º lugar, apenas à frente da Lituânia, da Polónia, da Roménia e da Bulgária. Na peça de João Pedro Henriques (DN)⁷, pergunta-se claramente:

5. “*Economist Intelligence Unit Democracy Index 2008*”, *The Economist*, <http://www.eiu.com/>

6. Paul Skidmore e Kirsten Bound, *Everyday Democracy Index*, Demos, 2008.

7. Ver artigo de João Pedro Henriques, “Democracia portuguesa é das piores da Europa”, *Diário de Notícias*, de 4 de Maio de 2008.

“O que se passa então com Portugal? Olhando para o gráfico, percebe-se a resposta: de um ponto de um ponto de vista da democracia formal, Portugal fica em 14º lugar, acima de países como a Espanha ou a Grécia ou a Itália. O que puxa a democracia portuguesa para baixo são os outros critérios. Por exemplo: a participação. Aqui a posição portuguesa desce para 19º lugar. Ou seja, as instituições políticas formais estão pouco cercadas de associações cívicas que as escrutinem.”

2. Crítica da experiência mediática

O plano dos *media* não costuma aparecer autonomizado neste género de estudos, o que não contribui naturalmente para uma mais clara visão nesta matéria, mas há alguns estudos ou análises específicas nesta área dos *media* que importaria aqui reter, nomeadamente uma em que algumas questões são colocadas em relação à liberdade de expressão em Portugal. Veja-se em particular o relatório da Freedom House⁸ de 2008, onde se conclui, genericamente, que um pouco por todo o Mundo os jornalistas tiveram um agravamento das suas condições de trabalho, sendo que no caso de Portugal a crítica mais evidente é sobre a aprovação do novo Estatuto do Jornalista, que segundo esta organização veio possibilitar às empresas a reutilização do seu trabalho nos 30 dias seguintes à publicação inicial, sem que lhes sejam concedidos direitos autorais, isto à semelhança do que já havia sido referido pela Federação Europeia de Jornalistas (FEJ) que em 2007 acusou os deputados portugueses de terem manifestado “falta de consideração” pelo veto presidencial ao Estatuto dos Jornalistas (EJ) e insurgiu-se contra a aprovação no diploma na Assembleia da República, a 20 de Setembro de 2007, tendo considerado que o Estatuto retira aos jornalistas diversos direitos essenciais.

Veja-se ainda o grau de descrédito da democracia em Portugal e o débil pluralismo nos *media* através de um outro estudo, promovido pelas SEDES.⁹ Neste estudo é patente que se a grande maioria dos portugueses não está, ou não está nada satisfeita com a qualidade da nossa democracia (51% não satisfeitos e 16% nada satisfeitos) – o que coloca a muito delicada questão de saber se estamos a falar ainda de

8. Karin Deutsch Karlekar, *Press Freedom in 2007: A Year of Global Decline*, Freedom House, 2007.

9. “A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspectiva dos Cidadãos”. Relatório inicial de um estudo promovido pela SEDES (Redactor: Pedro Magalhães), Julho de 2009.

democracia ou de qualquer coisa que já não é de facto uma democracia –, por outro lado, em matéria de pluralismo nos media, enquanto 19 por cento dos inquiridos discordam da afirmação que diz que as “televisões privadas proporcionam informação imparcial”, 30 por cento concordam com esta frase. Os mesmos 19 por cento estão em desacordo com a ideia de que “televisões públicas proporcionam informação imparcial” e 22 por cento concordam, o que significa que as pessoas acreditam mais nas televisões privadas do que na televisão pública. E relativamente à questão “os *media* reflectem a pluralidade de opiniões na sociedade”, 30 por cento dos inquiridos discordam e 33 por cento concordam. O balanço é de facto muito crítico. É claramente um descrédito na democracia portuguesa, que afinal nos compromete a todos. De facto, que fazer quando 82 por cento dos cidadãos dizem discordar da afirmação “a justiça trata ricos e pobres de forma igual” e 79 por cento discordam da ideia de que “a justiça trata de forma igual um político e um cidadão comum”?

No caso português, o sistema de *media* complexificou-se bastante nesta primeira década do século e as novas estratégias de comunicação política foram um elemento altamente perturbador da ecologia do sistema, com um défice de pluralismo global, mais para além do défice limitado apenas ao sistema político-partidário, onde diversos casos-limite estão historicamente identificados – destacaria apenas uma das mais gritantes obscenidades do actual sistema político-partidário e da sua manipulação da televisão: a discriminação – a censura – de três candidatos às Presidenciais de 2005, afastados dos debates televisivos pelos próprios operadores televisivos e pelos partidos políticos com representação parlamentar.

Manuel Maria Carrilho, num dos seus últimos artigos de 2008¹⁰, no DN, citava Michael Schudson (*Sociology of News*) para se referir ao “parajornalismo” como

“um trabalho que mistura firmas de relações públicas, agências de comunicação, assessores políticos, serviços de imprensa, organizadores de eventos, etc., numa bizarra panóplia de motivações, de competências e de interesses que produz cada vez mais desinformação.” E continuava: “Não tenho quaisquer dúvidas de que é neste ainda nebuloso enunciado, por trás deste biombo, que se encontra a chave que nos permitirá compreender e enfrentar os principais dilemas da democracia no começo do séc. XXI. E que será ela que dará a resposta à questão central, civilizacional, de saber que tipo de metamorfose

10. Manuel Maria Carrilho, “O Biombo”, Diário de Notícias, 20 de Dezembro de 2008.

está afinal em curso. Bem como dar resposta à questão de saber em que é que se está a transformar o jornalismo e que formas tomará a democracia quando o antigo quarto poder (que se chegou a imaginar como contrapoder, é bom lembrá-lo!) assume cada vez mais junto da sociedade o papel funcional de um primeiríssimo poder, e até talvez o papel 'ideológico' dos partidos tradicionais."

É evidente que um dos problemas mais graves do jornalismo em Portugal é a promiscuidade entre as assessorias de comunicação, o jornalismo e as redacções, isto num país em que a política se está a tornar cada vez mais "comunicação" e *infotainment* e algumas redacções as retaguardas de ex-assessores e outros "public relations" de gabinetes governamentais. Hoje, em Portugal, as estratégias de comunicação institucional e governamental funcionam no quadro do sistema de media como uma espécie de "lobbying" local, com todas as suas armas apontadas ao suposto ingénuo cidadão, sobretudo através da comunicação social mais submissa, a começar pela do próprio Estado. Esta questão é hoje um dos mais graves problemas da democracia portuguesa e está também na origem das suas múltiplas claustrofobias.

3. Da responsabilidade dos *media*

Por antinomia veja-se que, nos EUA, Barack Obama identificou claramente alguns dos maiores problemas da corrupção da administração Bush, a saber, nomeadamente: a acção perversa do lobbying; a falta de transparência nas acções do governo face ao escrutínio público; o abuso de poder em contratualizações sem concurso. Obama propunha assim políticas de comunicação que pretendem exigir uma maior responsabilidade dos *media* face às comunidades locais onde actuam e face aos cidadãos. Obama pretende mesmo mais:

*"We must use all available technologies and methods to open up the federal government, creating a new level of transparency to change the way business is conducted in Washington and giving Americans the chance to participate in government deliberations and decision-making in ways that were not possible only a few years ago."*¹¹

11. Cf. Barack Obama, Ethics, in <http://change.gov> – The Office of the President – Elect.

Na Europa, é o Conselho da Europa que, de certa forma, assume esses valores. Os seus “Indicadores para os *media* numa democracia”¹², que pretendem aferir o grau de liberdade dos *media*, alertam sobretudo para a necessária independência dos jornalistas e a independência editorial dos *media* face aos seus proprietários e ao poder político e económico. Segundo esta instituição, no documento em referência,

i) “Os radiodifusores de serviço público devem ser protegidos de ingerências políticas na sua administração e trabalho quotidiano. Os postos de direcção deveriam ser recusados a pessoas com uma filiação política clara”; ii) “Os radiodifusores de serviço público deveriam elaborar códigos internos de conduta dos jornalistas e de independência editorial face às influências políticas”; e iii) “Os jornalistas deveriam (...) declarar aos seus telespectadores ou leitores os seus interesses políticos ou financeiros bem como toda e qualquer colaboração com órgãos do Estado”.

O enviesamento cultural e cívico da pequena política do tempo não pode, de facto, perdurar, sob pena de estarmos a pactuar com a condução de um projecto democrático para um modelo de capitalismo de Estado subordinado à lógica da eficácia, auto-comemorativo, auto-ensandecido, crente numa auto-legitimação fundada em estratégias de comunicação e de persuasão construídas sobre o secretismo e o controlo dos *media*, negando a partilha da convicção e da veridicção com a esfera da cidadania, auto-excluindo-se assim, não só de uma parte cada vez mais significativa da sua própria base de apoio, mas sobretudo dos novos campos deliberativos, da opinião pública crítica, das comunidades virtuais jovens e das redes sociais.

A solução para o declínio da experiência democrática está bem identificada e resume-se, do nosso ponto de vista, em duas ou três palavras: relançar a Escola e reorientar os *Media*, no sentido de uma inalienável responsabilidade social e também no sentido do respeito absoluto pelo princípio da Cidadania e da dignidade do humano, tal como, aliás, George Steiner (2005: 54-55) defendeu:

“Se os jovens ingleses escolhem classificar David Beckham acima de Shakespeare e Darwin na lista de tesouros nacionais, se as instituições culturais, as livrarias e as salas de concertos e teatro lutam pela sobrevivência numa Euro-

12. Council of Europe, The Parliamentary Assembly, Resolution 1636 (2008), *Indicators for media in a democracy*.

pa que é fundamentalmente próspera e onde a riqueza nunca falou tão alto, a culpa é muito simplesmente nossa. Assim como o poderia ser a reorientação do ensino secundário e dos meios de comunicação social, por forma a corrigir esse erro.”

Pelo lado da interpretação do sistema de *media*, em Portugal, dois dos principais intelectuais do pensamento português contemporâneo estão perfeitamente em sintonia com este grau de exigência, concordando tratar-se de uma questão decisiva para a defesa do regime democrático. Refiro-me a José Pacheco Pereira e a Manuel Maria Carrilho. Pacheco Pereira¹³ é muito claro:

“(…) Muitas redacções estão mergulhadas até ao pescoço em relações próximas com os gabinetes ministeriais, onde muitos dos seus ex-colegas trabalham e de onde muitos deles também regressaram vindos de assessorias de imprensa de volta às redacções. Ajudava muito à clarificação da vida política portuguesa que se conhecessem estas transumâncias passadas e actuais, porque elas reflectem reais conflitos de interesse numa parte sensível da nossa democracia, a formação da opinião pública. (...) E, igualmente importante, saber quem exerceu este mesmo tipo de funções nas empresas públicas, ou em qualquer outro cargo cuja nomeação implique confiança política. Convém não esquecer que a função de assessor na área da comunicação social é das mais sensíveis que existe hoje e de inteira confiança política”.

Manuel Maria Carrilho, no artigo já citado, não é menos claro, concordando que

“(…) para fortalecer a credibilidade do jornalismo, é preciso aumentar a responsabilização dos que exercem esta actividade. Só com mais responsabilidade se caminhará no sentido de mais qualidade. E isso hoje só será possível se, também aqui, for criado um quadro de responsabilidade e de verdade, com declaração de património e registo de interesses públicos, análogo ao que já enquadra o exercício de outros poderes”.

13. José Pacheco Pereira, “A gloriosa máquina de propaganda do governo”, Sábado, 1 de Novembro de 2008.

Em função dos argumentos aduzidos, parece-nos assim uma evidência que a re-legitimação do projecto democrático e da experiência democrática, neste início do Século XXI, exige uma reorientação da actual tendência submissa do sistema de *media* e dos seus actores vitais - os jornalistas. Importa continuar este desígnio e aprofundar as práticas da profissão no plano justamente que põe em perigo a própria ordem democrática - o plano das promiscuidades entre as estratégias de comunicação corporativa e institucional, as assessorias de comunicação e o jornalismo. De forma a que haja total transparência para a cidadania sobre esta matéria, importa, de facto, que haja uma base de dados actualizada disponível na página da internet do regulador, ou da Comissão de Carteira, sobre as idas e vindas de jornalistas das redacções para os gabinetes ministeriais, e destes (e assessorias afins) para as redacções. É um pequeno mas importante passo para um princípio de transparência do sistema de *media* e para um cabal conhecimento dos obscuros vasos comunicantes entre o sistema político e de governo e as práticas jornalísticas em Portugal. Sendo certo, enfim, que esse sistema não funciona de modo igual em todos os meios de comunicação social em Portugal. Há exemplos no grupo Renascença e no Público, por exemplo, de recusa do funcionamento desse “vai-e-vem” altamente negativo, quer para a transparência e credibilidade do sistema de *media*, quer para a democracia portuguesa.

4. O digital e a re-legitimação da experiência democrática

As propostas de Obama fazem aqui toda a diferença. A mudança passa certamente por este novo modelo de governação, assim Obama possa realizar, inspirando, mudando o sistema de *media* de inconfessáveis interesses privados. É isso que se evidencia, nomeadamente, nos pressupostos enunciados na sua agenda sobre a questão da tecnologia – “Ensure the Full and Free Exchange of Ideas through an Open internet and Diverse Media Outlets”¹⁴, que pode ser especificada nas suas diferentes propostas: i) Protect the Openness of the internet; ii) Encourage Diversity in Media Ownership; iii) Protect Our Children While Preserving the First Amendment; iv) Safeguard our Right to Privacy; v) Deploy Next-Generation Broadband; vi) Create a Transparent and Connected Democracy; e vii) Open Up Government to its Citizens.

14. The Office of the President – Elect, in http://change.gov/agenda/technology_agenda/

Obama propõe-se assim acelerar o acesso à internet, vai procurar impedir a concentração entre os meios de comunicação – pensa-se que deverá alterar a lei que foi aprovada em 2007 pela FCC, que facilita às empresas que detêm jornais poderem também possuir estações de televisão e de rádio. Aumentar a cobertura de notícias pelas televisões locais, dando um impulso para uma comunicação mais aberta, mais diversificada e incentivar o serviço público por parte das emissoras de televisão, será outro dos objectivos. E refira-se a sua carta enviada à FCC, em 2007, onde Obama pedia “novas regras que promovam a maior cobertura de questões locais e maior responsabilidade por parte das emissoras para a comunidade para onde operam”.¹⁶

Hoje, a situação, a nível global, é sobretudo caracterizada pela complexidade do “transpolítico” e pelas múltiplas crises e fracturas do social, em diferentes dimensões. Uma crise de legitimação dos saberes dada pela crise das grandes narrativas, isto porque, de certa maneira, na pós-modernidade a ciência produz não o conhecido, mas o “desconhecido”; o paradigma científico é dado pela multiplicação dos paradigmas, como defendia Thomas Kuhn.

Mas há também uma complexa crise de legitimação do político, onde os próprios *media* se integram, cuja amplitude vai da legitimação pela representação no campo mediático às crises de representação num modelo em declínio face à emergência da sociedade em rede e ao controlo do virtual.

Refira-se ainda a reemergência de uma crise do “social”, que no final de 2008 teve reciclagens com um maior índice de gravidade, mais para além do que estava identificado nos anos 90, nomeadamente o declínio da esfera pública, a constituição de comunidades virtuais, os neo-tribalismos, narcisismos, as novas subjectividades, etc. Esta crise é agora pulverizada pelo reflexo no social da própria crise económico-financeira mundial, cujos impactos são imprevisíveis.

No limite, estamos hoje face ao obsceno, i.e., face ao que se potencia para além da ordem natural das coisas e do mundo; da substituição da ordem do homem pela ordem dos signos e dos pixels. Estamos, nalguns contextos, na passagem da finalidade à hipertelia; na passagem dos equilíbrios orgânicos aos seus clones, dos (des) equilíbrios pelo terror; da legitimação pela representação ou pelo êxtase do real. O que significa que esta pós-modernidade se recompõe por adições complexas: o movimento mais a incerteza. Ou por oposições definitivas: o mundo da vida vs. o sistema da eficácia.

De onde resultam as verdades inconvenientes mais as novas crises do paradigma do progresso (nuclear, fome, clima/ozono/degelo, sida, crise de petróleo, crise financeira/tóxica, etc...). James Howard Kunstler¹⁵ era bem claro:

“Os EUA e o resto do mundo estão a caminhar como sonâmbulos rumo ao futuro. Estamos a enfrentar o fim da era dos combustíveis fósseis baratos, ou seja, o fim da história industrial, e não assumimos que as reservas são finitas (...) e não temos substitutos. Isto é mal compreendido pela população, preocupada com o dia-a-dia e por quem detém o poder de pensar e agir. Não é conspiração. É inércia cultural, agravada pela ilusão colectiva de quem vive num ambiente de conforto. Talvez faça parte da natureza das coisas ignorarem-se as condições que as provocam até ser tarde de mais para se fazer seja o que for”.

Próteses biónicas, implantes informacionais, identidades “transgénicas”, “invisible networks”, tudo isso significa que o processo de comunicação se deslocaliza para espaços remotos e virtuais, que a interacção se tornou ubíqua e nómada e é desse “não-lugar” que se geram novos fluxos de informação, numa rede politópica, diagramática, de nós neuronais suportados nas nanotecnologias, sendo que a experiência da “cibercepção” não implica só um novo “eu” e uma nova consciência, mas uma redefinição do agir e do ser nesse novo espaço/tempo intersectado entre real e virtual.

Qual o lugar dos *media* clássicos neste novo contexto e também face às novas identidades ciberespaciais, às redes sociais, aos dispositivos deliberativos em rede, é a grande questão que nos colocamos hoje. Do poder dos fluxos aos fluxos de poder, vemos que progressivamente a democracia electrónica constitui um factor de reforço dos fluxos de poder face ao poder dos fluxos. Isto é, de reforço da autonomia do cidadão no quadro de uma experiência democrática mais participada. Uma das questões centrais nesta evolução é a acessibilidade, que, em determinados aspectos, e em particular no campo da Net, pode ser vista no quadro da manutenção de um “serviço universal”.

Se é certo o que Esther Dyson propunha, que “a Net é uma ferramenta pouco útil para a propaganda mas perfeita para a conspiração”¹⁶, não menos verdadeiro é o

15. Autor de *O Fim do Petróleo – o grande desafio do século XXI*, 2005 e de *World Made by Hand*, 2008. As declarações reproduzidas citam uma sua entrevista ao Público: “Preparem-se, o nosso estilo de vida vai mudar” (entrevista a Vítor Belanciano, Público, P2, 16/10).

16. Esther Dyson, *Release 2.0. A design for living in the digital age*. Util. ed. castelhana, Ediciones B, Barcelona, 1998.

pensamento de Tim O'Reilly, quando associou os *media* à grande crise do pós 9/11: "Bush ha sabido vender muy bien su versión de la historia en la televisión, y el poder de internet está siendo usado para contrarrestar esto"¹⁷. Mas é óbvio que o poder da Net foi já bastante mais além. É para nós claro que a "mudança" para uma experiência democrática mais verdadeira está justamente na Net. O exemplo dado pela estratégia de comunicação de Barack Obama, está aí para o demonstrar.¹⁸

Poder-se-ia perguntar em que medida os *media* clássicos e em particular a televisão formatou este novo discurso político da crise da segunda metade da década? Dir-se-ia que mais do que o discurso, a televisão "reformatou" a própria política. No sentido em que as estratégias de comunicação e as práticas discursivas do sistema político-partidário submeteram o sistema televisivo às suas próprias necessidades. Isto é, perante um quadro de crise do modelo representativo clássico, a partir da interposição – nomeadamente da televisão –, na mediação entre a política e a opinião pública, o actual sistema político-partidário, em crise de legitimação, acaba por encontrar um segundo fôlego e assim adiar a sua desejável e imperiosa "reforma". Ou seja, a televisão tem funcionado como um balão de oxigénio para um sistema político-partidário em crise, um sistema que, sobretudo nos últimos anos, tem mostrado a sua face mais obscena. A guerra do Iraque e a actual crise financeira mundial são, por assim dizer, a prova provada de que a política no Ocidente atingiu (em grande parte com a ajuda da televisão) o ponto limite de obsolescência.

Hoje, a política não existe sem televisão. Não existe sem a televisão nem sem equipas ultra-profissionalizadas de marketing, quer no plano das assessorias, das relações públicas ou dos sistemas de lobbying. No conjunto, trata-se de uma verdadeira máquina comunicacional de legitimação de um sistema político-económico caduco, como a crise de 2008 veio claramente comprovar. De qualquer modo, hoje, o estado da arte está um pouco diferente. Onde se pode ver que há algo em mudança é justamente com a campanha de Obama para a presidência. O que se passou na Net e nas redes sociais online foi algo demasiadamente humano. Foi sobretudo uma resposta da cidadania à política obscena.

17. Tim O'Reilly em entrevista ao El País: "Si no conseguimos acelerar el ritmo de la tecnología peligrará la supervivencia humana", 23.10.2008.

18. Ver nomeadamente: "La autopista de la información lleva a Obama a la Casa Blanca. Los medios 'online' coinciden en la transcendencia que ha tenido la Red en la victoria del candidato demócrata" (El País, 5.11.08); "Obama surfs the Web to the White House" (AFP, 5.11.08); "Web Ads Mattered More than Ever in '08 Election", The ClickZ Network, Nov 4, 2008; "In US elections, the internet wins – Feature", EarthTimes, 5.11.08; "Web users Digg Obama ahead of McCain", news.com, 5.11.08

Não há dúvida de que a televisão é o mais influente meio de comunicação na nossa cultura, mas agora está, de facto, a mudar-se para a internet. Quer pelo Joost, por exemplo, um software P2P que transmite programas entre utilizadores, quer através de uma enorme diversidade de outros projectos. O Joost foi criado pelos mesmos idealizadores do skype e do Kazaa (Niklas Zennström e Janus Friis), e já possui parceria com o próprio Facebook. Mas poder-se-ia falar do Miro, da Participatory Culture Foundation, com software livre, a que chamam o 'TiVO para a internet' ou o 'Firefox para videos'. Ou ainda do internet TV Wiki – The MITV Wiki – “a library of information about publishing video on the internet”. Todo este dispositivo pós-televisivo, de que aqui damos um leve esboço, é fortemente interactivo, colaborativo, fundado na lógica da inteligência colectiva e da nova *web* semântica. Estamos já para além da declinação de conteúdos e perante a emergente era das “push technologies”. Como alguém disse, “um dia ninguém nos conhecerá melhor do que o nosso software”.

A nova era é, claramente, a de sistemas centrados no utilizador, no chamado “produser”, onde novas modalidades de interacção, como o “egocasting”, adquirem uma nova expressão. O conceito, aliás, aparentemente surgido com Christine Rosen (2005), foi inicialmente associado à individualização e hiperespecialização dos usos da tecnologia e dos novos conteúdos o que significaria uma redução do “mundo de possibilidades” atribuído pela autora à era do *broadcasting*. O facto é que hoje o conceito aplica-se fundamentalmente ao sistema pós-You Tube, muito formatado pela comunicação P2P e pelas redes sociais interactivas.

Estamos assim já no domínio da nova cultura participativa e dos *media* colaborativos. O novo dispositivo emergente integra não só a lógica diagramática, de comunicação ponto-a-ponto ou ponto-multiponto, mas também uma nova experiência imersiva, colaborativa e participativa, com um grau cada vez maior de intervenção do cidadão no novo espaço público, o que reconfigura o próprio lugar do sujeito no quadro da vida pública e política, com um ganho de autonomia e emancipação acrescentados face ao velho modelo “representativo”, também ele em perda com a radicação de novas formas emergentes de comunidades virtuais, de *media* participativos, enfim, de uma democracia reconfigurada nas novas ligações e nos novos fluxos de poder.

Esta é uma inversão decisiva para a nova experiência política democrática e para a cidadania. A “pós-televisão” na era digital, a internet e as redes sociais de “producers” estão a criar, portanto, os novos ambientes virtuais, as novas comunidades que se interligam numa encruzilhada complexa, cuja avaliação é enormemente dificultada pela multiplicidade de padrões de consumo e de interacção e pela constante mutação

e mobilidade de suportes, interfaces, plataformas de gestão de conteúdos, etc. Quer no âmbito jurídico-político, quer no âmbito estritamente tecnológico, quer ainda no plano da produção de conteúdos e da sua recepção, no contexto da migração para um sistema matricial e interactivo, é sobre essa complexidade que importa reter a atenção por forma a melhor podermos pensar e compreender esta transição de paradigma nas suas diferentes dimensões. E tudo o que ela comporta, designadamente no plano da construção de uma cidadania mais esclarecida, isto é, no plano de uma democracia com renovada maturidade, mais participada, “imersa” em ambientes *web* abertos, sendo eles próprios um importante e decisivo garante dessa mutação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Economist Intelligence Unit Democracy Index (2008). London: The Economist. <http://www.eiu.com/>
- EUROBAROMETER 68 (2008) - PUBLIC OPINION IN THE EUROPEAN UNION. Standard Eurobarometer 68/ Autumn 2007. Publication: May 2008. http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb68/eb_68_en.pdf
- EUROBARÓMETRO 68 (2007) - OPINIÃO PÚBLICA NA UNIÃO EUROPEIA. Outono de 2007 – Relatório Nacional – Portugal. http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb68/eb68_pt_nat.pdf
- Carrilho, Manuel Maria (2008), “O biombo”, Diário de Notícias, 20 de Dezembro. Consulta online em: http://dn.sapo.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=1137809
- Dyson, Esther (1998), *Release 2.0. A design for living in the digital age*. Util. ed. castelhana, Barcelona: Ediciones B.
- Henriques, João Pedro (2008), “Democracia portuguesa é das piores da Europa”, Diário de Notícias, de 4 de Maio. Consulta online em: http://dn.sapo.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=998945
- Indicators for media in a democracy (2008). Strasbourg: Council of Europe, The Parliamentary Assembly, Resolution 1636.
- Karlekar, Karin Deutsch (2007), *Press Freedom in 2007: A Year of Global Decline*, Washington D.C.: Freedom House.
- Montargil, Filipe (Coord.) (2008) *E-Democracia - Desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal*, Lisboa: APDSI.
- Jowell, Roger (Coord.) (2008) *The European Social Survey*. London: Centre for Comparative Social Surveys, City University.
- Pereira, José Pacheco (2008), “A gloriosa máquina de propaganda do governo”, Sábado, 1 de Novembro. Texto consultado no blogue Abrupto, em 1 de Novembro de 2008: <http://abrupto.blogspot.com/2008/11/coisas-da-sbado-gloriosa-mquina-de.html>
- Rosen, Christine (2005), “The age of Egocasting”, Denville: *The New Atlantis*, Outono/Inverno.
- Skidmore, Paul e Bound, Kirsten (2008), *Everyday Democracy Index*. London: Demos. http://www.demos.co.uk/files/EDI_all%20chapters.pdf
- Steiner, George (2005), *A Ideia de Europa*, Lisboa: Gradiva.

